

LICENÇA DE OPERAÇÃO

L.O 064/2023

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente, criada pela Lei Municipal Nº 88/06 e Certificado de Qualificação junto ao conselho Estadual do Meio Ambiente através da Resolução do CONSEMA Nº229/2009, com base no processo administrativo nº 18985/2023, Parecer Técnico Ambiental SMMA nº 052/2023, expede a presente **LICENÇA DE OPERAÇÃO** a:

Empreendedor: Bento Leal Infraestrutura EIRELI

CNPJ: 24.874.058/0001-22

Endereço: Rodovia RS 37, s/n km 4,8, interior – Santiago/RS.

Atividade:

**USINA DE ASFALTO E CONCRETO ASFALTÍCO A QUENTE
(CODRAM 2065,10)**

Área:963,10 |Porte: Pequeno | Potencial Poluidor: Alto.

Responsabilidade técnica pelo projeto:

**ENG. De produção e segurança do trabalho| Eriston Carlos da Paixão | PR 94677/D|
ART nº 12748468**

CONSIDERAÇÕES E RESTRIÇÕES

1.Quanto ao empreendimento:

1.1 O empreendedor é responsável por manter condições operacionais adequadas, respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente decorrentes da má operação do empreendimento;

1.2 Caso haja encerramento das atividades, deverá ser prevista a recuperação da área do empreendimento e apresentado à Secretaria de Meio Ambiente do município de Santiago, com antecedência mínima de 02 (dois) meses, o plano de desativação com levantamento do passivo e definição da destinação final do mesmo para local com licenciamento ambiental, acompanhado de cronograma executivo;

1.3 sempre que a empresa firmar algum acordo de melhoria ambiental ou ajustamento de conduta com outros órgãos (federal, estadual ou municipal), deverá ser



LICENÇA DE OPERAÇÃO

L.O 064/2023

enviada cópia desse documento à Secretaria de Meio Ambiente do município de Santiago, como juntada ao processo administrativo em vigor;

1.4 este parecer não exime o empreendedor do atendimento às demais obrigações legais (federais, estaduais e municipais);

2. QUANTO AOS EFLUENTES LÍQUIDOS:

2.1 não poderão ser gerados efluentes líquidos decorrentes da atividade industrial;

3. QUANTO ÀS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS:

3.1 os níveis de ruído gerados pela atividade industrial deverão estar de acordo com a NBR 10.151, da ABNT, conforme determina a Resolução CONAMA N.º 01, de 08 de março de 1990;

3.2 o padrão de emissão para material particulado total é de 100 mg/Nm³, base seca;

3.3 o padrão de emissão para SO₂ é de 400 mg/Nm³;

3.4 as atividades exercidas pelo empreendimento deverão ser conduzidas de forma a não emitirem substâncias odoríferas na atmosfera, em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites de sua propriedade;

3.5 os equipamentos de processo, assim como os de controle de emissões atmosféricas, deverão ser mantidos operando adequadamente, para garantir sua eficiência, de modo a evitar danos ao meio ambiente e incômodo à população;

3.6 a emissão de fumaça ou fuligem não poderá ultrapassar, para a densidade colorimétrica, o máximo de 20% (vinte por cento), equivalente ao Padrão 01 da Escala de Ringelmann Reduzida, exceto na operação de ramonagem e na partida do equipamento, conforme determina a Resolução CONAMA N.º 08, de 06 de dezembro de 1990;

4. QUANTO AOS RESÍDUOS SÓLIDOS:

4.1 deverão ser segregados, identificados, classificados e acondicionados os resíduos sólidos gerados para a armazenagem provisória na área do empreendimento, observando as NBR 12.235 e NBR 11.174, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos para local devidamente licenciado;

4.2 deverá ser preenchida e enviada à Secretaria de Meio Ambiente do município de Santiago, trimestralmente, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, via digital, a "Planilha de Geração de Resíduos Sólidos" para a totalidade dos resíduos sólidos.

4.3- deverá ser mantido à disposição da fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente do município de Santiago o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS atualizado, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional responsável pela sua atualização e execução, em conformidade com o estabelecido pela Lei Federal n.º 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 7.404/2010;

4.4 deverá ser verificado o licenciamento ambiental das empresas ou centrais para as quais seus resíduos estão sendo encaminhados, e atentado para o seu cumprimento, pois, conforme o Artigo 9º do Decreto Estadual n.º 38.356 de 01 de abril de 1998, a responsabilidade pela destinação adequada dos mesmos é da fonte geradora, independente da contratação de serviços de terceiros; 4.5- deverão ser mantidos, à disposição da fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente do município de Santiago, comprovante de venda de todos os resíduos sólidos que forem vendidos e comprovante de recebimento por terceiros

LICENÇA DE OPERAÇÃO

L.O 064/2023

de todos os resíduos que forem doados, com as respectivas quantidades, por um período mínimo de 02 (dois) anos;

4.6 fica proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas por esta Fundação;

4.7 o transporte dos resíduos perigosos (Classe I, de acordo com a NBR 10.004 da ABNT) gerados no empreendimento somente poderá ser realizado por veículos licenciados pela FEPAM para Fontes Móveis com potencial de poluição ambiental, devendo ser acompanhado do respectivo "Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR", conforme Portaria FEPAM n.º 087/2018, D.O.E. de 30/10/2018;

4.8 as lâmpadas inservíveis contendo mercúrio deverão ser armazenadas íntegras, embaladas e acondicionadas de forma segura para posterior transporte a empresas que realizem sua descontaminação;

5. QUANTO AOS RISCOS AMBIENTAIS E PLANO DE EMERGÊNCIA:

5.1- Em caso de acidente ou incidente com risco de danos a pessoas e/ou ao meio ambiente, a Secretaria de Meio Ambiente do município de Santiago deverá ser imediatamente informada.

5.2- deverá ser mantido atualizado o Alvará do Corpo de Bombeiros Municipal, em conformidade com as Normas em vigor, relativo ao sistema de combate a incêndio;

Com vistas à Renovação de LICENÇA DE OPERAÇÃO, o empreendedor deverá entrar com processo em um prazo de 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento desta licença, apresentando:

1. Requerimento solicitando a renovação da Licença de Operação;
- 2 Cópia desta licença;
- 3 Formulário de licenciamento ambiental para a atividade devidamente preenchido e assinado pelo responsável;
- 4 Relatório técnico informando a situação dos controles ambientais do empreendimento (armazenamento de resíduos, efluentes sanitários, controles de poluição atmosféricas, etc.);
- 5 Declaração assinada pelos responsáveis pela pasta e pelo técnico, afirmando que não ocorram modificações no processo produtivo, área útil e geração de resíduos no empreendimento;
- 6 Anotação de responsabilidade técnica do responsável pela operação e controles ambientais.
- 7 Comprovante de pagamento dos serviços de licenciamento ambiental

LICENÇA DE OPERAÇÃO

L.O 064/2023

Caso venha a ocorrer alteração nos atos constitutivos, a empresa deverá apresentar, imediatamente, cópia da mesma à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento.

Em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos nesta licença, essa automaticamente poderá perder sua validade, assim como no caso de os dados fornecidos pelo empreendedor não corresponderem à realidade.

O não atendimento das condições e restrições anteriormente estabelecidas poderão acarretar sanções previstas na Lei de Crimes Ambientais – Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 e no Decreto Federal nº 3.179 de 21 de setembro de 1999.

A presente licença não dispensa nem substitui qualquer alvará ou certidões de qualquer natureza exigida pela Legislação Federal, estadual ou Municipal.

As responsabilidades técnica, administrativa e civil sobre o conteúdo de parecer técnico conclusivo, que remetam a estudos apresentados pelo empreendedor, visando a emissão desta licença, bem como a garantia de alcançar os resultados planejados no controle da poluição durante a fase de operação, é do empreendedor na pessoa de seu representante legal e de seu responsável técnico, conforme Anotação de Responsabilidade Técnica anexa ao processo

Esta licença deverá estar disponível no local de atividade licenciada para efeito de fiscalização.

**ESTA LICENÇA É VALIDA PARA AS CONDIÇÕES OU RESTRIÇÕES ACIMA
ESTABELECIDAS ATÉ 18/09/2027**

Santiago, 02 de outubro 2023.



Andriele de Medeiros Martins Perufo

Secretária Municipal do Meio Ambiente